

MULHER, NEGRA E POBRE: COMO O RACISMO ESTRUTURAL INCIDE NA FALTA DE OPORTUNIDADE DE MULHERES NEGRAS NO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO BRASIL.

WOMEN, BLACK AND POOR: HOW STRUCTURAL RACISM FOCUSES ON THE LACK OF OPPORTUNITY OF BLACK WOMEN IN EMPLOYMENT IN BRAZIL.

¹RIBEIRO, Camila Cristina Alves; ²MONTEIRO, Carlos Augusto Alonso; ³DA SILVA, Tauany Prado Oliveira; ⁴ANDREASSA, João Victor Nardo

^{1:2:3}Curso de Direito – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-Unifio/FEMM

⁴ Doutorando em Ciência Jurídica pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, do Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM. Pós-graduado em Direito Tributário pelo Damásio Educacional. Graduado em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - Uni-FIO. Bolsista CAPES. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - Uni-FIO.

RESUMO

A análise dos vínculos empregatícios em que a mulher negra ocupa é o objeto funcional deste artigo. Buscando localizar e assim bem como justificar esta localização da mulher negra no âmbito do trabalho brasileiro. Formulando o seguinte questionamento, como o racismo estrutural agrega para a ausência de mulheres negras em cargos representativos e como combatê-lo? Pesquisando deste modo, como a mulher negra foi objetificada na era colonial, bem como a perpetuação desta ideia se manteve durante os séculos. Como metodologia, analisará a partir do método de abordagem hipotético-dedutivo e bibliográfico, desde os casos reflexivos e coloniais que ocorreram e ainda ocorrem com as mulheres negras, partindo do tipo de pesquisa qualitativo.

Palavras-chave: Colonial. Mulher Negra; Racismo Estrutural; Trabalho.

ABSTRACT

The functional object of this article is to analyze the employment relationships in which black women work. It seeks to locate and justify the position of black women in the Brazilian workplace. By asking the following question, how does structural racism contribute to the absence of black women in representative positions and how can this be combated? In this way, it will investigate how black women were objectified in the colonial era, and how this idea has been perpetuated over the centuries. The methodology will be based on the hypothetical-deductive and bibliographic approach, from the reflexive and colonial cases that occurred and still occur with black women, starting from the qualitative type of research.

Keywords: Colonial; Black Women; Structural Racism; Work.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar as relações ocupacionais empregatícias das mulheres negras no Brasil. Bem como, investigar como o racismo estrutural incide na falta de oportunidades e na segregação das mulheres afrodescendentes.

Logo, formula-se os seguintes questionamentos: como o racismo estrutural agrega para a ausência de mulheres negras em cargos representativos e como combatê-lo?

A hipótese apresentada e analisada é sobre a perpetuação do feminismo e desestruturação do racismo diante do social brasileiro. Visto isso, é salientado a respectiva importância do feminismo negro, onde principalmente visado esta luta pelos direitos e a importância da mulher negra no convívio social, pode-se hesitar que esta luta faça com que se extinga o racismo e conseqüentemente o discurso racista. A visualização dos avanços da mulher negra será pontuada como forma de busca por igualdade.

O objetivo geral se volta a análise sobre como o racismo estrutural e como o mesmo pode incidir sobre a mulher negra e respectivamente sobre os vínculos empregatícios. Bem como a busca pela desestruturação do racismo e principalmente com a incidência do feminismo negro para a abolição do problema.

O objetivo específico se inicia sobre a busca pelo conhecimento etimológico de raça no tempo e como ele incide para a corporação do discurso racista. Uma vez que seu conceito foi adulterado durante os séculos seguindo as concepções históricas de cada geração. Usando o referencial de Kabengele Munanga (2004) e sua perspectiva conceitual de raça no imaginário, revela um aspecto contemporâneo que fora utilizado no século passado. Ora, é ponderado que a hierarquização de raças contribuiu para a existência do racismo. Dado que, neste campo temporal era-se o negro naturalmente inferior à raça branca, em razão de que se usufruiu de quesitos biológicos e naturais- uma ciência biológica- para responder uma ciência social.

Utiliza-se o instrumentalismo de Silvio Almeida (2019) para a justificativa da estruturação do racismo no Brasil. Ou seja, como discursos racistas se roupam em palavras comuns em uma sociedade onde mais de 50% são negros. Utilizando o mecanismo de pesquisa buscando elaborar melhores justificativas desta estruturação, revela ainda como este estruturalmente correto acarreta a respectivas personagens na televisão brasileira.

Analisando tal problemática, busca-se dar visibilidade à mulher negra, seu papel como mulher e seus respectivos afazeres na era colonial, bem como hodiernamente, o qual vem se objetivando de geração em geração, sendo

inadmissível tal conduta, uma vez que, ao aceitar a objetificação e naturalizá-la, permitirá que o racismo se perpetue ainda mais na sociedade, bem como salienta a escritora Angela Davis, Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes.

O respectivo artigo visou também demonstrar e investigar a representatividade da mulher negra no âmbito empregatício. Trazendo de forma clara e evidente as taxas ocupacionais de mulheres negras em cargos de maior prestígio na sociedade. As mesmas ocupam as respectivas oportunidades de trabalhos análogos ao que atuavam na era colonial, sendo dificilmente inserida em cargos superiores, bem como a dificuldade a qual se encontra ao se deparar com uma entrevista de emprego, pois o mercado de trabalho pode ser nocivo as mulheres negras mesmo antes de conquistarem sua inserção, e salientando, por fim, que a mulher negra se encontra vulnerável ao ingressar no mercado de trabalho, pois a mesma invés de progredir profissionalmente, regride, e permanece na base da pirâmide social.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizando o método hipotético-dedutivo, de modo que usufruindo dos pensamentos e teorias de Kabengele Munanga e Silvio Almeida para o reconhecimento do racismo e bem como do racismo estrutural. De forma quantitativa, fazendo com que da presente pesquisa possa deter do conhecimento sobre o assunto. Utilizando de igual forma a luta do feminismo negro juntamente das pesquisas e escritas de Djamila Ribeiro, fazendo com que seja comprovada mediante a exploração e proposição na contemporaneidade, comprovando dessa forma seu alcance e consistência para a ascensão da mulher negra no vínculo empregatício no Brasil. Através do tipo de pesquisa qualitativo, salientando sempre o entendimento

A contribuição do feminismo negro para que em conjunto as políticas afirmativas possam agregar para a evolução, não das mulheres negras, mas sim de uma sociedade racista e sexista. Logo, busca-se através da hipótese de exaltação do feminismo negro e como os fazeres do mesmo incentiva a ascensão da mulher negra no mercado de trabalho.

De ordem teórica e prática busca-se no presente estudo salientar as dificuldades da mulher negra, sendo tal de extrema importância para a sociedade e

principalmente, para com tudo, a dignidade daqueles que caminham consigo uma herança histórica, dos fundadores do país Brasil. Usufruindo dos ensinamentos do feminismo negro para que, ao decorrer da pesquisa o leitor desenvolva capacidades para desestruturar o racismo no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONTEXTO HISTÓRICO DO RACISMO ESTRUTURAL

Concepções De Raça No Tempo

A etimologia raça no tempo vislumbra de distinções com a contemporaneidade. A posição de definir o outro passou por diversas mudanças na linha do tempo social. A explicação e conceituação deste importante e singular etimologia- base de discursos racistas e problemas estruturais, segundo o Doutor Kabengele Munanga (2004) - encontra a sua premissa no século XVIII, com o auxílio da razão.

Iniciando o estudo no século XVIII, com o avanço da razão, com o mundo iluminista. Os europeus começaram a explicar o que lhe era diferente a partir do conceito de raça. Este conceito, foi extraído de uma base biológica (MUNANGA 2004).

Para o autor (MUNANGA 2004), não existe problemática quando visado a diferenciação dos indivíduos em categorias, ou em ver a diferença no outro. Para Kabengele Munanga (2004), a problemática se encontra quando o conceito biológico de raça se direciona de meios hierárquicos, diante a sua definição. Biologicamente superiores ou inferiores.

Sendo desta maneira que o conceito de raça foi aplicado no século XVIII, europeus no topo da pirâmide hierárquica por serem naturalmente superiores, e tudo aquilo que lhe era diferente, era naturalmente inferior.

No século XIX, interesses econômicos, políticos e sociais, de uma Europa capitalista em expansão, vão se apropriar cada vez mais do conceito de raça. Para ocultar e naturalizar uma relação econômica de exploração, submissão e dominação. Fazendo logo uma hierarquização, uma vez que neste mesmo evento temporal, os europeus foram civilizar os africanos. Ora, se eles se colocavam em uma posição de exemplaridade aos outros, é, pois, eles estariam se posicionando novamente no topo da pirâmide.

De acordo com Silvio Almeida (2019), a invasão à África provida pelas grandes potências mundiais, utilizando o discurso de inferiorização. Justificando assim o discurso colonial (AMEIDA, 2019, p. 21).

Bem como afirma Kabengele Munanga (2004), graças aos naturalistas e seus instintos de hierarquização de populações, o discurso racial racista se acomodou no imaginário dos indivíduos (MUNANGA, 2004). Responsabilizando então que esta interferência biológica em algo cultural, causou sérios problemas na sociedade e seus respectivos imaginários.

Todavia, no século XX, começa a avançar o estudo da genética. Esta base científica afirma a inexistência de diferenciações raciais entre os indivíduos. Afirmando que, as raças não existem (MUNANGA, 2004).

A ciência afirmou então que as diferenciações humanas são frutos de adaptações evolutivas, pois segundo o autor, os africanos precisavam de mais melanina, uma vez que precisavam se proteger do sol.

Bem como ressalva Kabenlege Munanga, importante afirmação “(...) uma pele escura concentra mais melanina que uma pele clara, pois protege contra a infiltração dos raios ultravioletas nos países tropicais; uma pele clara é necessária nos países frios, pois auxilia na síntese da vitamina D (MUNANGA, 2004, p. 7)”.

A ciência abdica então de toda uma teoria hierárquica que distingue os indivíduos pela sua cor. A naturalização de uma população em uma determinada posição social, se extingue. Porém, Kabengele Munanga afirma, a naturalização dos indivíduos pelas suas respectivas raças hierárquicas não saiu do imaginário dos indivíduos.

Kabengele Munanga (2004) dialoga que apesar da ciência repudiar este comportamento hierárquico biológico, a raça permanece com este mesmo conceito, no imaginário das pessoas. Logo, Kabengele Munanga vai mostrar que apesar da genética ter abdicado desta teoria ideológica, os seres humanos em seus respectivos imaginários, vão estar enraizados nas pessoas- pensamentos de valores morais, estéticos e psicológicos como biologicamente uns fossem mais superiores que outros em seus conscientes, no senso comum.

Conclui-se então que o termo raça se naturalizou diante os séculos como um discurso racista. Uma vez que este mesmo discurso nada mais é do que como constituído por Kabenlege Munanga:

Racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns (...) o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (KABENGELE MUNAGA, 2004 p. 8)

Portanto, segundo ele (MUNANGA, 2004), a concepção de raça, sendo um discurso racista se ponderou aos séculos, enraizando um pavimento racista no imaginário das pessoas- de modo a hierarquizar os mesmos distintos da nação europeia. Mesmo a ciência abdicando desta teoria natural de superioridade e inferioridade, continua estruturalmente na sociedade.

Conceito De Etnia Para O Discurso Racista

O conceito do termo etnia, diferentemente do conceito de raça, é de premissa sociocultural. Ora, é necessário então de um estudo de fatores culturais e, ou, aspectos sociais de um determinado grupo ou ainda região. Analisando determinada conduta histórica de pesquisa, é comovente que se associe esta mesma conduta, para o estudo da raça. Todavia, esta segunda não dispôs de tantas ciências sociais, e sim, de ciências biológicas.

O conceito de etnia então segundo o autor (MUNANGA, 2004) acaba flertando com o conceito de raça. Logo, analisando que as distinções não são cabíveis pela justifica de diversidades de raças, a etnia surge para trazer uma roupagem para justificar perspectivas que continuam racistas. Exemplo. Racismo religioso. O candomblé é de origem africana, que veio para o Brasil durante o período da escravidão. Mesmo cultuando que diversidades existem, que há distinções étnicas no âmbito social, ainda consiste no Brasil uma discriminação à religião e consequentemente inferiorizando-os.

O autor ainda confirma esta roupagem em sua monografia quando diz que:

Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. (MUNANGA, 2004, p. 13).

Conclui-se que o empenho da nova terminologia etnia, não alterou a perspectiva racista que a raciologia trouxe das ideologias biológicas durante os séculos hierárquicos.

Bases Do Racismo Estrutural

O racismo então geralmente é conceituado como uma violência direta contra uma pessoa negra, indígena ou judeus, por exemplo. É a discriminação em geral, em ordem direta. O racismo, entretanto, como patologia social, o tratando como uma anormalidade.

O racismo estrutural dispões que o racismo é contrário à anomalia, é normal. Normal não no modo de que devemos aceitá-lo, e sim que independente disto, ele constitui as relações no seu padrão de normalidade. O racismo então passa a constituir não tão somente as ações conscientes, bem como também inconscientemente.

Existem três pontos em que os indivíduos são constrangidos e estes fazem parte da própria dinâmica em que vivem cotidianamente. Economia, política e subjetividade, três pontos que Silvio Almeida (2019) constitui como estrutural.

Todavia, expressões ou pensamentos- inconscientes- que formulam este discurso racista estruturado não desvia responsabilidade da população em praticá-lo. Não existe uma justificativa para determinada condutada à justificando que é normal. Ou seja, quando se compreende que este problema é estrutural, logo, nos torna ainda mais responsáveis por este enraizamento racista (MUNANGA, 2019).

A divisão racial no vínculo empregatício é exorbitante e visível ao olho nu da sociedade. Costa (2017) afirma que o passado colonialista que escravizou africanos deita raízes profundas na formação da sociedade brasileira. Para ele, o passado reflete no sentido de que “faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação política das camadas populares e das classes trabalhadoras” (COSTA, 2017, p. 10).

A ignota racista contemporânea não pode “cair” à estruturação brasileira, por mais que real e existente, mudanças devem ser feitas, políticas que afirmem a igualdade devem ser praticadas.

Silvio Almeida ainda desdobra dizendo que “Diante do que foi visto até o momento, pode-se inferir que o racismo, sob a perspectiva estrutural, pode ser desdobrado em processo político e processo histórico” (SILVIO ALMEIDA, 2019 p. 35).

Perpetuando a ideia de que, o racismo estrutural como produção de sociedades, necessita de próprios adventos políticos e públicos consequentemente, para abolir determinada conduta.

A DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO NA HISTORICIDADE DA MULHER NEGRA

Herança Escravocrata Da Mulher Negra

Sob a perspectiva da realidade atual do Brasil, a mulher se encontra em desvantagem no quesito empregatício, pelo fato de reflexos históricos enraizados e estruturados, sob o qual se fortalecem através da cultura do patriarcado - “sistema social segundo o qual os homens estão no centro, como chefes de família, na vida social e política, na transmissão de valores patrimoniais pelo lado paterno.” (DICIO, 2022.), tendo também reflexos da era colonial, sendo estes uns dos antecedentes de uma estrutura de gênero ainda presente na sociedade atual, inclusive na brasileira.

No regime patriarcal, o homem tendia estar no topo, representando sua soberania sob a mulher, tornando-a então, inferiorizada e associada como mais frágil, consequentemente colocada em situação de submissão e subjugação em relação ao homem, o que contribuiu ao longo da história para construção cultural de que as mulheres eram sujeitas desprovidos de direitos, não podendo sequer questionar, opinar ou fazer escolhas sobre sua própria vida. Esse padrão histórico culminou na ausência de oportunidades à mulher em todas as esferas sociais, mas principalmente no âmbito profissional (FREYRE, 1961).

A questão de gênero, homem e mulher, coloca-se como um ponto de impasse no quesito profissional, haja vista tais influências históricas já mencionadas anteriormente. Porém, há uma problemática ainda maior, sendo em relação à mulher negra, pois é verídico a posição de uma mulher e o que ela enfrenta apenas pelo fato de ser mulher, mas sendo mulher e sendo negra, as oportunidades são ainda mais complexas.

Como negra, e como mulher, ainda sob o viés da colonização, ocupa seu espaço de maneira estruturada, sofrendo a continuidade da “herança escravocrata”, delegando à mulher negra condições similares aos que ocupava na era colonial.

Nota-se que o mercado de trabalho no Brasil, no que concerne às mulheres negras, incumbem os empregos domésticos, os de cuidados, limpeza e afins,

podendo concluir que as mesmas, como se fosse um ciclo, permanecem na base da pirâmide social, sem progressões e/ou oportunidades (PINTO, 2006).

Vale salientar que é de fácil observação a tamanha dificuldade de mulheres negras ocuparem cargos de chefia, gerência e liderança, sendo possível citar que tal situação se dá por resquícios da época colonial, onde a mulher negra era submetida aos afazeres domésticos, bem como cuidar do esposo e filhos, ocasionando gradativamente a perda de oportunidades no mercado de trabalho, haja vista a permanência da mesma apenas em seu lar, sem contato com o âmbito profissional, sem qualificações para formar um currículo, sem escolaridade exigida por muitos empregadores, fazendo com que a mulher negra sofra certa regressão, dificultando ainda mais sua inserção na esfera profissional (PINTO, 2006).

A mulher negra ao tentar se inserir no campo profissional se depara com situações impertinentes, pois na maioria dos casos, encontrará sempre as mesmas oportunidades, onde o trabalho é mais precário e mais informal. Como por exemplo, oportunidades de emprego apenas no ramo doméstico, ramo este o qual ela lutou para erradicar, lutou para sair de casa e ser independente, para ser digna de um salário remunerado e justo, um trabalho que fizesse com que ela tivesse maiores chances de progredir profissionalmente. Todavia pela escassez da escolaridade e qualificações, a mulher negra permanece na base da pirâmide social.

A inserção da mulher negra no mercado de trabalho engloba todo o contexto enraizado do colonialismo, pois a sociedade se manteve inerte perante as condições que eram submetidas às mulheres negras, propiciando sempre as mesmas oportunidades, fazendo com que a ascensão profissional da mulher negra fosse regredida, tal problemática também coadjuva com o racismo estrutural, pois mesmo não tendo discernimento do que vem a ser o racismo, a sociedade faz suas escolhas e exclui as mulheres negras.

Condições Sociais E Biológicas Da Mulher Negra

No ano de 1888, mais especificamente no dia 13 de maio, fora assinada a Lei Áurea que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil. A lei discursou em seu corpo que, em seu artigo primeiro se extingue a escravidão no Brasil desde sua publicação. E em seu artigo segundo que, revoga-se todas as disposições contrárias (IMPÉRIO, BRASIL. LEI N°3.353, 13 de maio, 1888).

Dito isso, com a abolição da escravatura a população escrava se dispersou na sociedade em localidades que lhes convieram. Como título de exemplo contemporâneo, as favelas.

Jane Mattos (2000) disserta que as ocorrências do final do século XIX contribuíram para as transformações territoriais do mapeamento social populacional. Fazendo com que cativos e ex-cativos se postulassem em áreas inqueridas pela sociedade diversa (MATTOS, 2000).

A ausência de políticas públicas para inserção desse grupo na sociedade acarretou diversas desigualdades perpetuantes no histórico-temporal desta população. Bem como a falta de empregos para que se estruturasse no meio social, fazendo com que esta população se retrocedesse às atividades escravistas.

Inserindo a contextualização para a mulher negra, diante de seus afazeres da época colonial, obtém de serviços domésticos e bem como a criação e cuidados dos filhos de seus senhores.

Com a condição social de pós libertação trouxe consigo a segregação de oportunidades, condicionalmente à mulher negra. Uma vez que, anteriormente no período colonial, ela era objetificada sexualmente dentre outros afazeres domésticos. Posteriormente, apenas o quesito doméstico se correlacionou com o trabalho da mulher negra. Logo o surgimento do emprego doméstico.

Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha dissertam sobre o assunto:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor – escravo (GOMES; CUNHA, 2007, p. 11).

Durante o período colonialista, a mulher se fez de uso para que as vontades de seu senhor fossem satisfeitas, como já dito anteriormente, a mulher foi objetificada em diversos quesitos. Ou seja, a fertilidade da mulher negra sempre foi pontuada em sua vivência.

Diante tal situação, a mulher negra engravida mais do que as mulheres brancas. Segundo pesquisas realizadas, no ano de 2016, 69,7% de mães adolescentes de 10 a 19 anos, eram negras (SINASC/DATASUS/MS). Classificando então um alto nível de exposição das jovens negras a atividades sexuais no Brasil.

Tal condição correlaciona com o analfabetismo no Brasil. De acordo com informações da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) 550 mil do total de analfabetas estaria entre 15 a 24 anos, tendo dentre essas 389 mil, aproximadamente, são jovens mulheres negras.

Correlacionando tais situações, há um nexos causal de que, uma gravidez indesejada, gera consequências indesejadas, bem como o abandono.

A mulher negra encontra dificuldades no seu âmbito empregatício no Brasil, uma vez que suas heranças- históricas lhe acorrentam até a contemporaneidade.

Ilustrando tal situação, as mulheres negras que sofrem com suas condições biológicas, a gravidez- a maternidade respectivamente. Suas condições sociais, que acarretam a ausência de oportunidades. E bem como, os estereótipos e suas características étnico-raciais.

Diante de tais fatores fenotípicos e étnico-raciais, a discriminação perpetuada na história da mulher negra, se apresenta mais uma vez, por meio do racismo, desta vez presente no processo seletivo de candidatas negras a uma vaga de emprego.

O racismo neste contexto pode ser percebido no momento em que a aparência da candidata se torna requisito para sua admissão, visto que o fenótipo do negro, foge ao estereótipo idealizado, comumente buscado pelos empregadores. Visto isso a fim de exemplificar a ocorrência de tais discriminações, serão apresentados relatos de mulheres que vivenciaram este preconceito.

Segundo a narração do portal de notícias UOL, 2015, Dayane Rodrigues, teria sido alvo de preconceito frente a seleção de uma vaga de emprego, na qual ela enfatiza que os responsáveis pelo processo nem sequer deram atenção a seu currículo, a desclassificando devido as características de seu cabelo afro, através do seguinte comentário “Com este cabelo você não vai ser contratada” (UOL, 2015).

O segundo caso pertence a jovem, Jessica Carolina da Silva Conceição, 23 anos que ao entregar seu currículo a um shopping foi impossibilitada de realizar a entrevista, pois o mesmo estabelecimento dizia possuir um limite de entrevistas diárias, justificativa que não condizia com a realidade pelo fato de Jessica ter sido a primeira candidata daquele dia. O que apenas reitera a presença do racismo como elemento formador da nossa sociedade. (UOL, 2015)

Sob contexto de atividades executadas por mulheres, com destaque à mulher negra, como citado anteriormente no presente trabalho, temos o relato de Dayana

da Silva Santiago, 27 anos, que fora desclassificada pela contratante da ocupação de baba a qual concorria, também por fatores estéticos, diretamente relacionados a seu cabelo afro. A contratante afirmou ter gostado do currículo de Dayana, porém justifica sua decisão baseando-se na necessidade de uma “boa aparência” para assumir a vaga, em razão de pertencerem a alta sociedade e frequentarem lugares importantes que Dayana provavelmente também frequentaria. Ela finaliza sua narrativa contando que esta mesma contratante, possuía em sua residência seis funcionários sendo cinco deles, mulheres negras, todas de cabelo liso (UOL, 2015).

Portanto conclui-se que os estereótipos trazidos pela herança negra diante da miscigenação na era colonial reflete em discursos racistas. Fazendo com que a mulher negra enfrenta além do machismo – por ser mulher – o racismo pelas suas raízes étnicas. Comprovando a estruturação do racismo no Brasil, principalmente no âmbito empregatício das mulheres.

PENSAMENTO DECOLONIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS MULHERES NEGRAS **Representatividade Da Mulher Negra Para O Desenvolvimento Social** O objetivo neste tópico é demonstrar, exaltar e apreciar, mulheres negras que em muitas das vezes foram caladas e são esquecidas, mesmo com seus grandes feitos e conquistas para a vida negra. Visto tal tema abordado, é sabido de que, o racismo não permite que um negro se ascenda, a partir do momento em que isto significaria uma derrota aos racistas. Pois segundo eles, se tudo é hierárquico, que a vida negra seja a base sempre.

Considerada oficialmente heroína da pátria pela lei 13.816/19, Dandara dos Palmares, mulher negra, mãe de três filhos e companheira de Zumbi dos Palmares, fora uma figura importante na resistência contra o sistema escravista no Brasil por volta do século XVII. Junto a Zumbi comandava e contribuía exercendo funções mistas e essenciais para o funcionamento do Quilombo dos Palmares, que chegou a abrigar cerca de 30mil pessoas. Quilombo define-se por “local escondido” e “onde se abrigavam escravos fugidos” (DICIO). Além disso destaca-se também pela participação e liderança em inúmeros confrontos armados, formados a fim de defender o quilombo dos colonizadores portugueses. O conteúdo disponibilizado sobre Dandara é escasso e desse modo pouco se sabe sobre seu nascimento ou local de origem, mas seu falecimento é datado em 1694, e segundo relatos teria tido

por motivo o suicídio, para que não fosse capturada após uma invasão ao quilombo, e desse modo escravizada novamente.

Como uma grande líder quilombola Tereza de Benguela nascida no século XVIII, também se destaca como importante peça para a evolução negra no Brasil, estando sobre a coordenação do Quilombo Quariterê, em todos seus aspectos políticos e econômicos, lutando contra o regime escravocrata, por cerca de 20 anos até a invasão e destruição do quilombo em 1770 o que também ocasionou sua morte. Tereza teria assumido a liderança do quilombo após a morte de seu companheiro, ficando conhecida por Rainha Tereza em razão da excelente gestão do quilombo. Lembrada como símbolo de resistência, desde 2014 é comemorado no dia 25 de julho o Dia nacional de Tereza de Benguela e Da mulher negra vide lei 12.987/14, em homenagem a luta das mulheres negras contra o regime escravocrata.

Por sua vez Maria Firmina dos Reis, nascida em 1822 na cidade de São Luiz, Maranhão, fora revolucionária em sua produção literária, pioneira na crítica antiescravista da literatura brasileira, o romance intitulado Úrsula (1859). O tom revolucionário da obra parte do fato em que Maria permite aos personagens escravos que compartilhem suas vivências e desgraças, algo nunca observado anteriormente em obras de tom crítico similar. Maria, negra de mãe branca, registrada sob nome de pai ilegítimo, se aproximou da literatura ainda cedo no ano de 1830, ao se tornar órfã, tendo de se mudar para casa de sua tia, que possuía uma melhor condição financeira favorecendo, portanto, o contato da jovem com fontes culturais que somadas a seu autodidatismo trouxeram à tona a paixão pelas letras. Se tornou professora do primário em 1847 após ser aprovada no concurso público para assumir o cargo, sendo a primeira mulher a ser aprovada, nesse concurso, no Maranhão.

Esta foi responsável também, pela fundação no ano de 1880 da primeira escola mista do Maranhão que possuía ensino gratuito a meninas e meninos, projeto que não perdurou por muito tempo em razão da reação não favorável da população da época. Sua posição como professora lhe permitiu que rompesse barreiras no mundo literário, sendo mulher, negra e crítica ao escravismo, conquistando a publicação de sua primeira obra, Úrsula. Maria publicou também sua obra A escrava (1887) que tinha tom crítico antiescravista acentuado, mas pouco se sabe sobre demais produções da autora, algumas que podem ser citadas são, Gupeva (1861) e Cantos à beira-mar (1871). Infelizmente sua obra primeira obra teria sido esquecida

até 1962 quando fora recuperada pelo historiador Horácio de Almeida em um sebo no Rio de Janeiro. Seu falecimento é datado em 1917 e segundo o escritor de sua biografia *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975), José Nascimento Morais Filho, Maria se encontrava em situação de pobreza e acometida de cegueira.

Antonieta de Barros, por sua vez foi um importante figura política no Brasil, mulher negra que lutava contra as disparidades raciais e de gênero. Não só isso, mas também, fora professora, escritora e jornalista durante sua vida. Antonieta nascida em Florianópolis no ano de 1901 era de origem humilde, sendo criada por sua mãe após o falecimento de seu pai ainda durante sua infância. Obteve através dos estudos formação equivalente ao Ensino Médio completo, e foi a primeira de sua família a concluir o ciclo escolar, alcançando com isso uma de suas metas, a magistratura, desse modo ficou reconhecida como uma das melhores educadoras de seu tempo. Cabe também ressaltar a fundação de seu curso particular em 1922 destinado a alfabetização, o Curso Particular Antonieta de Barros sob o qual esteve na direção até sua morte em 1952. Como jornalista fundou e dirigiu o jornal *A Semana* de 1922 a 1927 e dirigiu o periódico *Vida Ilhoa* no ano de 1930 se destacando por suas produções textuais durante este período, que traziam seus pensamentos sobre educação, política e questões raciais e de gênero, além disso passou integrar em 1938 o Conselho Deliberativo da Associação Catarinense de Imprensa e no ano de anterior teria publicado sua obra literária *Farrapos de Ideias* se utilizando do pseudônimo “Maria da Ilha”.

Já em sua vida política se candidatou em 1934 ao cargo de Deputada na primeira eleição em que mulheres puderam votar e serem votadas no Brasil, Antonieta teria ficado como suplente, assumindo, portanto, a 1ª Legislatura (1935-1937), após Leônidas Coelho de Souza não ter tomado posse, durante seu mandato participou da assembleia constituinte em 1935, também presidiu em 19 de julho de 1937 a sessão da assembleia legislativa se tornando a primeira mulher a alcançar este feito no Brasil. Em 1945 diante da queda do Estado novo e frente a uma inicial redemocratização do país, Antonieta volta a se candidatar ao cargo de Deputada Estadual, e com os votos conquistados atinge suplência, passando após a integrar a 1ª Legislatura (1947-1951), no período de afastamento de José Boabaid em 1948. É de autoria de Antonieta a lei nº145 de 12 de outubro de 1948 que institui o Dia do professor comemorado no dia 15 de outubro tal como o feriado escolar, que ainda

que revogados pela lei nº16719/2015, se mantem em razão da data ter se tornado nacional no ano de 1963 vide decreto nº52.682, de 14 de outubro de 1963. Em seu primeiro mandato se tornou a primeira Deputada Estadual do Brasil, tal como a primeira deputada catarinense e representante negra do poder legislativo em toda américa latina.

De acordo com o Jeruse Romão escritora da biografia de Antonieta intitulado Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Seu falecimento é datado em 28 de março de 1952 e desse modo Antonieta deixa na história do Brasil um grande legado de suas lutas a favor da educação, dos menos favorecidos tal como pelo direito das mulheres, sendo proposto no ano de 2020 o projeto de lei PL4940/2020 por autoria do deputado Alessandro Molon, propondo a inserção do nome de Antonieta no livro dos heróis e heroínas da pátria.

Laudelina de Campos Melo, nascida em 12 de outubro de 1904. Mulher, negra e doméstica. Uma mulher negra que foi muito importante para a história do Brasil, sobretudo para as classes populares. Dito isso, grande representante e lutadora pelos direitos das empregadas domésticas no Brasil.

Nascida na cidade de Poço de Caldas (MG) em 1904, ou seja, dezesseis anos após a abolição da escravidão. Ainda jovem se necessitou a trabalhar como doméstica para auxiliar sua mãe e seus cinco irmã. Visto tal trajetória, ainda jovem se encontrou na obrigação de deixar os seus estudos, saindo da escola na terceira série, até este vago temporal.

O primeiro grupo em que ela participou foi o grupo 13 de maio- alguns autores ainda discursão de que Laudelina foi presidente deste grupo com apenas dezesseis anos. Neste grupo havia à finalidade de unir a comunidade negra do município de 'Caldas', de modo recreativo.

Com cerca de vinte anos de idade, já com filhos e casada, Laudelina se muda para a cidade de Santos (SP), onde também participou de um grupo- "Saudade de Campinas". Um grupo de essência negra de igual forma como o primeiro que ela participou com dezesseis anos.

Em 1936, Laudelina se filia ao partido comunista brasileiro e se inicia a partir daí os movimentos mais fortificados daquela geração. Neste mesmo ano, se tornou fundadora da associação de trabalhadoras domésticas em Santos.

De maneira breve e geral, Laudelina foi uma imagem de extrema importância para o movimento, militância e direitos dos negros. E principalmente, da mulher negra. Uma figura histórica que veio a falecer em 1991.

Sua trajetória foi lembrada e registrada em “*Laudelina: Lutas e Conquistas*”, documentário criado em 2015 e produzido pelo Museu da Cidade e Museu da Imagem e Som, ambos de Campinas.

Carolina de Jesus, nascida na cidade de Sacramento (MG) em 1914- falecera em 1977. Em 1947 se mudou para São Paulo com seus três filhos, vivendo como catadora. Residente da favela de Canindé e catadora de papelão, cadernos ou outros materiais analógicos. Começou a escrever sobre o cotidiano de moradores da respectiva favela, ou seja, pode-se dizer que nasceu ali, uma escritora.

De seus rascunhos e escritas, nasceu seu primeiro livro. *Quarto de despejo*, publicado em 1960. Livro este que foi sucesso de vendas, visto que, fora traduzido para treze idiomas e lançados em mais de 40 países.

Suas duas obras que fora publicada ainda em vida sempre deteve de conteúdo, a vulnerabilidade social da população ‘invisível’, uma vez que se buscava a visibilidade da população menos favorecida.

Ruth Pinto de Souza, mais conhecida como Ruth de Souza nasceu em 12 de maio de 1921 no Rio de Janeiro. Ainda muito pequena, se mudou para um sítio, no interior de Minas Gerais. Filha de um agricultor e de uma lavadeira. Com a morte de seu pai, Ruth e sua família se mudaram para o Rio de Janeiro.

Ruth tinha um sonho, ser atriz. As pessoas riam ao saberem sobre o sonho de Ruth, e falavam “que não havia atrizes negras em nosso país”. Antigamente, os atores pintavam o rosto para interpretar os personagens negros.

Com dezessete anos, ela tomou o conhecimento sobre o teatro experimental do negro e deu início a realização do seu sonho. Com seu talento, ela foi a primeira atriz negra a atuar no Teatro Municipal do Rio, pioneira no cinema e televisão. E a primeira brasileira indicada a um prêmio internacional de cinema. Em sua carreira, foram diversos prêmio, filmes, peças teatrais, séries e novelas. Se tornando uma das principais atrizes brasileiras de fama nacional e internacional.

Em julho de 2019, a atriz ficou internada tratando de uma pneumonia, mas infelizmente veio a falecer aos 98 anos no dia 28 de julho de 2019. Mas a sua história, sua importância e luta, continuam vivos.

Marli Pereira Soares, conhecida como Marli Coragem nasceu em 1954. No dia 13 de outubro de 1979, Marli testemunhou seu irmão Paulo Pereira Soares, de 18 anos, ser morto com doze tiros pela Polícia Militar. Onde denunciou o caso para o delegado de Belford Roxo no Rio de Janeiro.

Em 13 de janeiro de 1993, o filho de Marli, Sandro, de quinze anos, foi assassinado. Três meses após tal acontecimento, seu afilhado foi executado por policiais, quando tinha apenas dezoito anos.

A vida de Marli Coragem foi literalmente uma luta, uma mulher negra que viu seus familiares serem executados sequencialmente e nunca se hesitou em denunciar ou lutar por justiça. Caso esse, muito análogo aos dias atuais, onde é necessário força- essencialmente, dos menos favorecidos, negros- para lutar contra a opressão. Uma vez que não há de se falar sobre o futuro negro, visto que, a cada dia, centenas de vidas negras são executadas.

Sônia Guimarães. Admirada pela sociedade brasileira, nascida na cidade de Brotas, estado de São Paulo, conquistou como primeira mulher negra o título de Doutora em Física, sendo ainda discriminada e recusada ao tentar uma bolsa de iniciação científica, quando pertencia ao meio acadêmico da faculdade de Física na Universidade de São Carlos, onde sua professora a recusou e negou, dizendo-lhe que nunca usaria a física na vida, porém o cenário mudou e Sônia como mulher e negra, provou que com toda sua garra e determinação conseguiu conquistar um lugar de destaque na sociedade. Além de doutora em física, Sônia Guimarães foi a primeira mulher negra a lecionar em uma das universidades mais conceituadas do país, o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), em 1993, quando a instituição ainda não aceitava mulheres como estudante, tendo então um papel vultoso, pois traz para todos o debate ao tocante as desigualdades raciais e de gênero, trazendo grande representatividade.

Sônia é doutora em Semicondutores e mantenedora da Universidade Zumbi dos Palmares, onde desenvolve projetos voltados à educação para estudantes de áreas carentes e de frentes feministas, sempre salientando que suas alunas devem buscar maior conhecimento, se especializarem e se tornarem pessoas altamente qualificadas, pois, por serem mulheres e serem negras, tudo será mais complexo, devido ao racismo estrutural que predomina na sociedade.

Marielle Franco. Socióloga com mestrado em Administração Pública, nascida no Rio de Janeiro, serve como inspiração para as demais, sendo mulher e negra, Marielle sempre lutou para que houvesse uma sociedade igualitária e justa. Ativista e batalhadora, sempre buscando inspirar e potencializar as mulheres negras, trazendo a questão de que todas são capazes de conquistar o mundo, assim como ela, onde viveu em área periférica, desfrutando muitas das vezes os cenários de pobreza, desigualdade e afins, mas sempre persistente. Conquistou o título de Mestre em Administração Pública e eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, servindo como inspiração para aquelas que almejam estar na esfera legislativa no futuro, fornecendo esperança e melhoria para a sociedade.

Marielle foi reconhecida internacionalmente por ONG's, pelo destaque ao atuar em prol de projetos de leis e pautas em defesa aos direitos das mulheres negras que viviam em áreas periféricas. Infelizmente, em 2018, Marielle foi executada, e tal assassinato repercutiu mundialmente, trazendo a violência e a perseguição que sofrem os ativistas e mulheres negras, trazendo mais uma vez o racismo e salientando como é de suma importância erradicá-lo.

Marta da Silva Vieira. Eleita a melhor do mundo pela FIFA, e homenageada na calçada da fama do Maracanã, nascida em Dois Riachos, interior de Alagoas, na sua infância, quando brincava com as demais crianças já se destacada pela habilidade nos esportes, principalmente no futebol, mas isso gerava certo desconforto aos meninos, onde a excluíram e diziam que devia parar, pois meninas não jogavam futebol. Marta passou por muitos momentos difíceis, situações de pobreza e afins, mas mesmo com todo preconceito e dificuldade, Marta persistiu em seu sonho e hoje é considerada a maior artilheira da história da Seleção Brasileira, erradicando a estimativa de que o futebol é um esporte masculino.

Marta é um símbolo de luta feminina pela igualdade, abriu um novo horizonte e deu visibilidade as mulheres, erradicando o machismo e o preconceito existente, provando mais uma vez que uma mulher negra consegue e pode tudo o que almeja. Embaixadora da ONU Mulheres, é uma das mulheres as quais as demais se inspiram, lutou contra o preconceito e conquistou seu lugar de destaque na sociedade, servindo como inspiração e admirada por toda sociedade brasileira.

Mulheres, sinônimo de resistência e poder. Vidas negras importam, mulheres negras são ímpares, suas conquistas também são válidas.

Igualdade Racial E O Feminismo Negro: Como Contribuem Para O Avanço Da Mulher Negra

A igualdade racial é um tema já retratado na legislação brasileira. O Estatuto da Igualdade Racial, lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, transborda sobre definições e restrições. Como uma delimitação aos racistas para que não pratiquem práticas racistas e aleguem o desconhecimento da ilegalidade deles.

Nas disposições preliminares verifica-se as conceituações das seguintes questões: conceito de discriminação racial ou étnico- racial, desigualdade racial, desigualdade de gênero e raça, o conceito de políticas públicas e por fim o de ações afirmativas. Sendo estas últimas as projeções a serem tratadas no presente artigo.

A conceituação de políticas públicas se encontra no inciso V da Lei nº 12.288/10, onde diz “V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;” (LEI 12.288,2010). Logo compreende -se que as políticas públicas devem ser adotadas pelo Estado, uma vez que busca a evidência de suas contribuições, sendo o mesmo o dever do Estado.

As ações afirmativas também são positivadas em tal lei, quando diz que: “VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.” (LEI 12.288, 2010).

Visualiza-se que ações afirmativas são todas e quaisquer promoções que combatem com a desigualdade racial, uma vez que se deve prevalecer a igualdade entre os entes de uma sociedade.

O quesito equidade de gênero também é positivado na legislação brasileira, uma vez que no mercado de trabalho tem a seguinte restrição prevista no artigo 7 de inciso XXX, da Constituição Federal. “Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BRASIL 1988).

Observa-se então que, as questões já estão previstas em lei, justamente o que não fazer e o que deve ser feito. A problemática se abstém através da insistência da sociedade brasileira em continuar com esta perseguição aos negros. E especificando neste caso, a mulher negra.

Ora, uma vez que previsto em lei que não se deve diferenciar os salários de respectivos funcionários, que são designados a exercerem a mesma função com o mesmo grau de efetividade. Por qual motivo que ainda se ocasiona estas atitudes na contemporaneidade? A pergunta se responde por outro questionamento. Se é ilegal matar, por qual motivo ainda se tem 130 mortes por dia no Brasil? (CNN BRASIL, 2022) E por qual motivo que 75% das mulheres que foram assassinadas no primeiro semestre deste ano no Brasil, são mulheres negras? (SITE G1, 2020). Ou seja, a questão problema diante das dificuldades que as mulheres negras encontram, não se justificam através da ausência de legislação e bem obstante de disposições preliminares.

Logo, políticas públicas existem no Brasil, todavia a sua efetividade não é vislumbrada em notícias ou livros de histórias. A história negra vai muito além de sua escravidão. A história africana começa na África do Sul e não sendo escravos pela colonização no Brasil. Deve-se ensinar que o homem mais rico da história foi o Imperador Mansa Musa. O que se compreende-se com essas informações é que a história afro deve ser aplaudida, vangloriada. Não se deve então tratar como uma obrigação e tão pouco sobre apenas a era escravocrática dos negros.

A luta pela igualdade e ascensão da mulher negra é enigmática, uma vez que se deve driblar não tão somente o machismo, bem como o racismo. O feminismo negro vem sendo uma armadura e de igual maneira como armamento no combate a estas discriminações.

O feminismo pode ser compreendido como um movimento social e político que tem por objetivo meramente a igualdade de direitos entre homens e mulheres, uma vez que se busca a efetivação de tal direito, haja vista os reflexos de uma sociedade marcada pelo patriarcado que não valorizavam a mulher como sujeito de direitos, mas sim apenas como mero objeto.

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, dissertam sobre o tema:

Feminismo: um termo que traduz todo um processo desenvolvido ao longo da história, e que continua a ser trabalhado diariamente, em todos os espaços da vida social. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Para entendê-lo, é preciso confrontar a situação da mulher na sociedade antiga, medieval e moderna, buscar suas raízes enquanto movimento político e desvendar a ideologia que ainda hoje outorga direitos, deveres e comportamentos distintos para homens e mulheres (ALVES, BRANCA; PITANGUY, JACQUELINE, 2017).

A concepção do feminismo traz a ideia de “liberdade, poder e oportunidades” para as mulheres desse movimento, porém, segundo Djamilla Ribeiro, em seu livro: “Quem tem medo do feminismo negro?”, proporciona uma visão mais ampla do que constituía de fato o movimento feminista, concedendo a reflexão de que o movimento feminista agregava em si apenas as mulheres brancas, fazendo então com que as mulheres negras fossem excluídas.

As mulheres negras durante a luta pelo movimento feminista não eram devidamente representadas, uma vez que a luta pela igualdade se filtrava em mulheres brancas em busca de seus direitos, sem ensejo para a mulher negra, ocasionando mais uma vez a naturalização do racismo.

O feminismo por si só, colocava a mulher negra em desvantagem, haja vista a situação da mulher negra em relação à branca, a qual era radicalmente diferente, sofrendo o machismo e racismo ao mesmo tempo, pelo simples fato de ser mulher e ser negra, podendo trazer a reflexão de que, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo seus direitos de igualdade entre os demais, as mulheres negras lutavam tanto para alcançar a igualdade, quanto para convencer a sociedade que era merecedora de tal direito, que eram “seres humanos” dignos iguais as demais mulheres. (DJAMILLA,2018).

O feminismo negro, portanto, surgiu com suas pautas especificadas propriamente para as mulheres negras, dando visibilidade e proporcionando direitos, representando todas as mulheres negras que sofreram discriminação em dobro, tanto discriminação de gênero, quanto de raça.

Angela Davis (1981) diz muito sobre a representação. A representatividade é importante, mas reconhecer a importância dela não pode significar não reconhecer seus limites, pois ela existe. No sentido de que, não basta ser negro e não basta ser mulher. Ou seja, não é extremamente inteligente a presença de uma mulher na liderança se ela vai contra a ideologia feminista. A representatividade não coexistiu para a representatividade. Um dos paradoxos mais anexados à vivência negra é a utopia de representatividade negra, sendo que a população jovem negra está morrendo. Paradoxo este que evolui através das evoluções sociais e bem como governamentais. É necessário um líder que acredita na geração negra para que ele evolua. Apesar de óbvio, é descrente de efetividade.

Conclui-se então que, além de políticas afirmativas e equitativas é necessário que seja acompanhado as condições e características das mulheres negras. Bem como é de extrema importância a posituação de equidades salariais e funcionais entre mulheres e homens, deve-se analisar as condições das mulheres. Os estudos e suas seguintes oportunidades para que chegassem ao emprego, para que aí sim sejam equiparadas por lei diante de seus direitos. Logo, antes de equipara as condições empregatícias, é conveniente combater o analfabetismo no Brasil, à priori. E como já documentado, o analfabetismo atinge essencialmente às mulheres negras, nesse país chamado Brasil.

A reflexão do feminismo negro é de extrema relevância, uma vez que luta pela concretização através de políticas públicas e afirmativas de que a mesma criança que visualiza uma atriz, atleta ou personagem na rede de televisão brasileira, conseguirá perpetuar, concretizar e acima de tudo conseguir o mesmo feito.

CONCLUSÕES

No decorrer deste estudo observou-se que o racismo estrutural agrega para a ausência de mulheres negras em cargos representativos. Uma vez que com os ensinamentos de Kabengele Munanga e Silvio Almeida, é possível vislumbrar que o imaginário dos indivíduos, com o decorrer do tempo, ainda se encontram aos discursos racistas e conseqüentemente os resquícios de uma era colonial.

A objetificação da mulher negra ainda persiste na sociedade brasileira. Por vez quando visualizado que a mulher negra é acentuadamente mais predominante no quesito de analfabetismo no Brasil. O abandono escolar e bem como também a incidência de meninas e mulheres negras no mercado de trabalho, e de igual maneira sendo gestante cada vez mais cedo, traz a ideia de que a objetificação da mulher negra ainda é ocorrente na contemporaneidade.

A resolução para a quebra deste racismo estruturalmente correto diante a sociedade remete-se diretamente à educação. Uma vez que as lutas, conquistas e igualdades raciais sejam não apenas escutadas e sim ouvidas, traz a ideia da quebra do senso comum.

A luta da mulher negra sempre foi exorbitante. Os reflexos destes na atualidade é evidente para todos os cidadãos. Uma vez que a mulher negra sempre foi a base da pirâmide social e objeto para os demais indivíduos, a sua resistência

sempre foi e ainda é indescritível e incalculável. A busca de seus direitos, a luta do feminismo negro e todo o esforço de uma filiação de mulheres negras fez com que atualmente seja possível- ainda que pouco- que menos de 1% de mulheres negras estejam no trabalho formal carregado de representatividade social.

O objetivo de demonstrar a luta e conquistas da mulher negra se concedeu com a perspectiva real do racismo estrutural que está inserido na sociedade, bem como o entendimento de sua dificuldade perante os seus iguais. O entendimento, conceituação e leitura sobre os termos, raça, etnia e racismo, fez com que surgisse como natural tais percepções e análises dos gráficos sociais nacionais e internacionais de mulheres negras no topo do vínculo empregatício.

Em especificação sobre as mulheres negras nas telenovelas, é possível analisar que o racismo estrutural é objetificado nos discursos e em como de igual maneira é distribuído os personagens para atores negros. Logo destacando que o racismo estrutural literalmente está enraizado no meio social, uma vez que ao assistir uma novela, se analisado, é literalmente de tão somente meio doméstico e subalterno. Logo, fora possível visualizar que o racismo estrutural está localizado nas telenovelas e distribuído para milhares de brasileiros.

A visualização da mulher negra, e dos negros em si, fez com que tornasse possível compactuar tal entendimento. Uma vez que em face disso, se pode detectar como a cultura negra e os negros estão estereotipados e segregados na televisão brasileira. Bem como a figura da mulher negra ligada ao serviço doméstico ou então seu surgimento apenas quando referido a história da escravidão na era colonial do Brasil.

Observou-se e fora destacado a representatividade e importância de alguma das milhares mulheres negras que contribuíram com os seus feitos, não tão somente à comunidade negra, bem como toda nação brasileira.

Compreendeu-se que o racismo estrutural detém de uma relevante incidência na desproporcionalidade racial existente no Brasil. Bem como a cultura registrada e estereotipada das mulheres negras e da herança que consigo carregam.

Este estudo utilizou-se como base uma prévia explanação e discussão acerca do histórico conceito de raça e racismo, buscando justificar as condutas tidas como normais de toda uma sociedade. Visto que tal discussão deu-se êxito, uma vez que

foi possível visualizar os resquícios de uma cultura de discurso racista, e bem como o esquecimento de uma categoria racial, ora historicamente, ora geograficamente.

Concluiu-se que o racismo estrutural é o grande causador dos estereótipos e objetificações das mulheres negras. A base para solucionar ambas as considerações se dão através da educação e oportunidades às mulheres negras excluídas. Bem como a ressaltar do feminismo e a desestruturação do racismo. Visto que é necessário reconhecer tal fato além disso, construir pontes para fugir de tal especificação racista.

Sugere-se que estudos posteriores, especialmente aqueles que possam se interessar por esta temática, para introduzir o conhecimento como meio para a reeducação de um social para a desestruturação de um discurso racista. De igual maneira, visto que a introdução de conhecimento e reconhecimento às mulheres, bem como atribuição de privilégios, para que se tenha uma perspectiva de futuro para as mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **RACISMO ESTRUTURAL: Feminismos Plurais. Coordenação DJALMILA RIBEIRO.** São Paulo. Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

Alves, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural.** Revista Katálysis [online]. 2022, v. 25, n. 2 [Acessado 7 setembro 2022], pp. 212-221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641>>. acesso em 07 set. 2022.

BRANCA MOREIRA ALVES, JACQUELINE PITANGUY. **O que é feminismo.** Brasiliense, 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2017: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.** 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf > Acesso em: 15 jul. 2023.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: __; GOMES, Flávio (Org). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DAVIS, Angela. 1944- **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio- INL, 1977.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LOPES, Larissa. 11 mulheres negras brasileiras pioneiras em cultura, política e ciência. REVISTA GALILEU. Publicado em 12.8.2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/amp/Sociedade/noticia/2020/08/11-mulheres-negras-brasileiras-pioneiras-em-cultura-politica-e-ciencia.html>. Acesso em 07 agost. 2023.

LORELAI, Kury. **ILUMINISMO E IMPÉRIO NO BRASIL: O PATRIOTA (1813-1814)**. EDITORA FIOCRUZ. 2007.

Marina Estarque. **Cresce proporção de bebês nascidos de adolescentes na periferia de SP: Em queda na capital, gravidez precoce passa a se concentrar entre meninas negras e pobres**. Disponível em: <https://folha.com/bm10du2l>. Acesso em 10, jul. 2023.

MATTOS, Jane Rocha de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)**. Dissertação (PPGHIS/PUCRS), 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004 Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacis moldentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 15 agost. 2023.

PATRIARCADO: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patriarcado/>. Acesso em: 02/09/2022.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais**. XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, 2006. Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1486/1451>. Acesso em: 10 agost. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Editora Schwarcz S.A. São Paulo- SP, 2018

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.

SILVA, Karine de Souza. **“A mão que afaga é a mesma que apedreja”**: Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. Revista Mbote, Bahia, v. 1, n. 1, jan./jun., 2020. Disponível em: file:///C:/Users/pamel/Downloads/9381-Texto%20do%20artigo-25224-1-10-20200820.pdf. Acesso em: 10 agost. 2023

SILVA, Vinicius da; LONDERO, Josirene Candido. **Do matriarcalismo ao patriarcalismo: formas de controle e opressão das mulheres**. XII CONAGES, Editora Realize.

UNFPA. **Gravidez na adolescência**. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/gravidez-na-adolesc%C3%Aancia>. Acesso em: 21 agost. 2023.

UOL. **“Não consigo emprego por causa do meu cabelo afro”**; veja casos de racismo, 11 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/listas/nao-consigo-emprego-por-causa-do-meu-cabelo-afro-veja-casos-de-racismo.htm>>. Acesso em: 21 agost. de 2023.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos**. In: **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. P. 15-31